

Ribeiro, Marily Simões. *Arqueologia das Práticas Mortuárias: uma abordagem historiográfica*. São Paulo: Alameda, 2007. 194 p.

A obra "*Uma abordagem historiográfica da arqueologia das práticas mortuárias*" foi apresentada inicialmente como uma dissertação de Mestrado em História Social na Universidade de São Paulo sob orientação da Professora Doutora Marlene Suano no ano de 2002. Em 2007, a dissertação se tornou um livro publicado pela Editora Alameda sob a denominação "*Arqueologia das práticas mortuárias: uma abordagem historiográfica*" com prefácio de Marlene Suano<sup>1</sup>.

Ao partir da constatação de que "a Arqueologia é uma das disciplinas mais a-históricas entre as disciplinas históricas" (CHRISTENSON, Apud RIBEIRO, 2007: 13), a autora tem como objetivo apresentar um desenvolvimento da Arqueologia em termos gerais, com considerações sobre teorias, métodos e práticas a partir de uma perspectiva histórica. Para tal, ela se desdobra sobre o campo que estuda as práticas que acompanham o evento morte nas sociedades, ponto em que está o ineditismo do trabalho. A proposta da autora é concretizada no desdobrar do livro, todavia, o grande problema é a falta de profundidade nas abordagens relativas a História da Arqueologia e no desenvolvimento da arqueologia das práticas mortuárias, devido a opção da autora por explicações mais gerais.

A divisão do trabalho se fez por uma questão cronológica do desenvolvimento da Arqueologia. De modo amplo, o texto foi dividido em duas partes: "*A História e a Historiografia da Arqueologia das Práticas Mortuárias à luz da Arqueologia Geral e das Ciências Humanas*" e "*Questões Teóricas em aberto*". A primeira parte conta com seis capítulos enquanto a segunda parte está dividida em três. Esta divisão está explicitada e explicada na Introdução, onde também podemos encontrar uma pequena discussão

1 Não podemos apontar o número de mudanças que o texto sofreu entre 2002 e 2007, pois não tivemos acesso ao primeiro texto.

acerca da utilização do termo "Arqueologia da Morte" que teve mais ressonância a partir da década de 1970 e sua não-aceitação pela autora. Para ela não é possível para a Arqueologia estudar a morte e sim as práticas que circundam a morte, o funeral, os restos materiais dos atos praticados no destino escolhido para o corpo, os vestígios e a simbologia que deu uma lógica às práticas fúnebres. Devido a abrangência do tema e da precisão do objeto, a autora preferiu utilizar o termo "Arqueologia das Práticas Mortuárias".

O primeiro capítulo do trabalho é desenvolvido para tratar de todo o período anterior a sistematização da Arqueologia, ou seja, ele abarca o espaço-temporal em que não existia nenhum método propriamente arqueológico. Nesta parte do livro a autora trata daquilo que ela chama de sociedades arqueológicas: Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma. Em seguida, ela trata da Idade Média, Idade Moderna e chega para no século XIX, momento em que se estabeleceu um marco científico para a formação de uma ciência arqueológica. O que unifica todo esse período cronológico é o fato de ser um período especulativo na Arqueologia. Aqui temos dois problemas, o primeiro é o de tratar esse grande período uniformemente e o segundo é o de acreditar que apesar de estar em uma fase especulativa, já era possível falar da possibilidade de existência da Arqueologia como disciplina.

Ao tratar dessa "primeira fase" da Arqueologia, se fala de intenções de conhecer o passado por meio dos resquícios materiais com objetivos religiosos e ligados a busca da ancestralidade. Era através dessa busca que se fazia possível a legitimação do poder, numa espécie de continuidade por aquilo que Ribeiro chama de "(re)apresentação do passado". A noção de Arqueologia estava ligada a ideia de origem, início. Isto está presente na própria origem da palavra *arque*. Ao utilizar Malina e Vasicek, a autora nos diz: "De acordo com Simplício, foi Anaximandro (611-547 a.C.) que introduziu primeiro o termo *arque*. Aristóteles caracterizou a água de Tales como *arque* - a matéria primordial, o estado original das coisas" (MALINA; VASÏCEK Apud RIBEIRO, 2007: 26).

Durante a Idade Média ocorreu uma ruptura na percepção do passado em relação ao homem da Antiguidade: "se, para os antigos, o tempo é cíclico e pode ser (re) apresentado, para o homem medieval, o tempo é linear, caminha para a frente e o passado não pode se tornar presente através de artefatos e rituais" (RIBEIRO, 2007: 28). Para Ribeiro, a coleta dos ossos perde o sentido político e ganha sentido religioso, no que discordamos veemente por não percebemos esses dois campos, político e religioso, como elementos separados e antagônicos no Mundo Medieval.

O Renascimento na construção da autora seria o momento da "volta da razão como meio de intermediar a relação homem/natureza" (RIBEIRO, 2007: 28). Foi a partir da separação entre sagrado e profano que foi permitida a elaboração de ideias e o conhecimento do passado humano. Além disso, segundo Ribeiro foi durante o Renascimento que surgiram os relatos sobre terras e costumes diferentes (o que nos parece um claro menosprezo aos relatos feitos na Antiguidade e Idade Média, como os de Tácito e Julio César). Outro aspecto importante desse período seria o surgimento do conceito de anacronismo, que levava a um distanciamento entre passado e presente, elemento que possibilitou a investigação sobre o passado. No século XVI, apareceria também o interesse pelo passado nacional. A contribuição do Renascimento para a Arqueologia giraria em torno da modificação da relação do homem com o passado, com o homem sabendo situar o passado como diferente do presente.

Essa nova relação com o passado se intensificou com o Iluminismo e o homem não só se achava diferente como também melhor. Estava rompido o paradigma medieval

(e para nós até mesmo antigo) da degeneração humana. Entre os séculos XVII e XVIII teve início o interesse por objetos de arte valiosos. Com o Iluminismo tivemos o uso da comparação entre vestígios, o que originou o embasamento para a transformação da Arqueologia em Ciência no século XIX. Concorrendo com esse processo, tivemos também o Romantismo que para as práticas mortuárias foi muito importante, já que colocava em pauta o interesse por ruínas de abadias, túmulos e diversos outros símbolos de morte.

O capítulo II trata da sistematização da Arqueologia enquanto disciplina. A autora relata que na efervescência do século XIX, com as grandes mudanças industriais e sociais começou a existir também grandes modificações no modo de pensar do homem. Entre os grandes debates daquele momento, a nascente Antropologia começou a ver na Arqueologia uma fonte de dados para resolver problemas sobre a antiguidade e evolução da humanidade na esteira de Charles Darwin e sua *A Origem das Espécies*.

Foi durante o século XIX que foram sistematizadas as técnicas de escavação, datação, estratigrafia e seriação como métodos arqueológicos, contudo, todo esse arcabouço era usado somente como alimento para os estudos antropológicos. Worsaae, Thomsen foram grandes nomes deste período da História da Arqueologia. Nos meados do século XIX foram apresentadas também duas grandes inovações arqueológicas: "o uso da fotografia em relatórios de escavação (1875) e o uso da estatigrafia horizontal, realizada por camadas, em Pompéia (1860)" (RIBEIRO, 2007: 42).

O Evolucionismo rapidamente se tornou o modelo explicativo dominante. Na Antropologia isto se tornava visível principalmente na ideia de que as sociedades se desenvolviam das mais simples para as mais complexas. Esta já era uma tendência desde o século XVIII com Fergusson mas foi no século XIX que as teorias evolucionistas se tornaram mais complexas com a coleta de dados para o embasamento teórico das pesquisas. Nesse momento um grande papel foi atribuído, por exemplo, a escrita que nas sociedades ditas "primitivas" não existia.

Algumas oposições a estas teorias evolucionistas só começaram a surgir com o nascimento da Escola Sociológica Francesa na virada do século XIX para o século XX, principalmente com a figura de Durkheim. Na tradição anglo-saxônica, a reação aos evolucionistas só se tornou significativa com Boas e a Escola Boasiana. Estes buscavam colocar a cultura e o modo de vida social no centro da discussão através da consideração de aspectos que marcavam o processo cultural. Apesar disso, a Antropologia se enveredou por caminhos derivados do Evolucionismo, principalmente o do Difusionismo, em que grupos mais evoluídos em contato com grupos menos evoluídos poderiam levar os segundos a conhecer e incorporar novas tecnologias.

As teorias difusionistas (e evolucionistas) se enquadravam dentro daquilo que chamamos de Nacionalismo. Na medida em que sociedades ditas primitivas eram comparáveis a crianças elas careciam de cuidados para sobreviverem, ou seja, elas precisavam passar pelo processo civilizatório. Era necessário se identificar áreas definidas arqueologicamente como locais de domínio cultural ou de ancestralidade de um país e então um país "rico" tinha justificativa para dominar tal local. O ápice desse processo se deu com o Nazismo.

O conceito que permitiu a prática do Nacionalismo foi o de cultura arqueológica. Este indicava "que os achados arqueológicos que são uniformes em uma vasta área ou ocorrem repetidamente juntos, constituem uma cultura arqueológica" (RIBEIRO, 2007: 48). Com esse conceito se tornava possível rastrear e mapear regiões culturais, definir caracteres culturais e indicar contatos e alterações.

Findada essa discussão a autora passa a estudar de forma mais aprofundada os primeiros cinquenta anos do século XX. O difusionismo e o migracionismo são ainda as tendências explicativas dominantes. Para a autora a diferença entre difusionismo e migracionismo era que para o último o deslocamento de uma área para outra permite o aparecimento de características culturais semelhantes, enquanto que no difusionismo ocorre a imitação de um grupo por outro. Nesse cenário surge a vertente conhecida como Arqueologia da História da Cultura, que buscava identificar uma cultura por seus vestígios e identificar suas fronteiras. A produção de Childe é importante nesse momento ao tentar apresentar as características culturais como traços resistentes às mudanças sendo as práticas de enterramento uma delas. Kroeber, por outro lado, enxergava as práticas mortuárias como *fashions*, ou seja, modismos modificáveis através do contato com outros grupos.

Com as publicações de Durkheim a investigação das práticas mortuárias tomava novos rumos, já que para este, estas práticas eram parte do todo social, o que foi sistematizado em 1912 com as novas abordagens sobre rituais nas obras de Hertz e Van Gennep. Além disso, Durkheim ajuda a romper com as teorias evolucionistas ao apresentar as religiões primitivas com as mesmas funções das religiões nas sociedades civilizadas. Contudo, as perspectivas abertas por esses autores não foram sistematizadas dentro do campo da Arqueologia. Mesmo os autores de língua inglesa não foram incorporados na Arqueologia inglesa e norte-americana. As propostas de Radcliffe-Brown, feitas nas décadas de 1920 e 1930 só chegaram à Arqueologia em meados dos anos 1960.

A obra de Radcliffe-Brown que buscava compreender o papel social dos indivíduos nas instituições e a produção de Malinowski que tinha como proposta o entendimento das ações humanas e do sistema social a partir das necessidades biológicas abriram o caminho para a Antropologia Social Inglesa, o Funcionalismo. Para Radcliffe-Brown os papéis sociais do morto são as motivações das práticas que circundam o funeral e o enterro, condicionando as ações realizadas neste ritual. Um indivíduo desempenha ao longo da vida diversos papéis sociais, conhecidos como "personalidade social". A morte seria um dos momentos da transformação do papel social de um indivíduo. Malinowski, de antemão, entendia a morte como uma disfunção biológica que gerava um sentimento de autopreservação e exposição das emoções com associação a distúrbios fisiológicos nos corpos dos participantes do funeral. Segundo Malinowski, os participantes do funeral ficavam fisiologicamente traumatizados pelo evento.

Encerrado mais um capítulo, Marily Ribeiro iniciou um capítulo sobre a Nova Arqueologia dos anos 1960 e 1970. Esse foi o momento do reencontro da Arqueologia com a Antropologia, que marcou o surgimento de teorias antropológicas e a apropriação por parte dos arqueólogos dessas hipóteses de explicação. Já em 1943, Bennett chamava atenção para tornar a Arqueologia uma "disciplina interpretativa", principalmente pela necessidade da interpretação ser feita em termos históricos. Dezenove anos depois, Binford clamou por uma reformulação teórica na Arqueologia que buscava a união desta com a Antropologia. Neste artigo Binford definia os novos objetos da Arqueologia: "compreender a cultura dos povos que deixaram vestígios e reconstruir o comportamento humano que os originaram" (BINFORD Apud RIBEIRO, 2007: 67).

A base teórica desta Nova Arqueologia estava assentada na Teoria Geral dos Sistemas, formulada pelo biólogo Ludwig von Bertalanffy na década de 1940. Esta teoria permitiu que os arqueólogos estudassem processos e não apenas as estruturas

estáticas. O grande mérito da Nova Arqueologia estava em ter voltado a sua atenção para os estudos de assentamento buscando compreender o comportamento social dos indivíduos e sua organização político-social. Foi dessa forma que a Arqueologia de Assentamento se tornou a grande tendência nos estudos da Arqueologia americana e anglo-saxônica nos anos 1960 e 1970.

A procura por transformar a Arqueologia em uma disciplina científica e interpretativa levou a busca de métodos de análise social com a absorção do método das ciências exatas na Arqueologia, principalmente com a introdução do método hipotético-dedutivo. Se tornava função do arqueólogo formular questões deduzidas a partir de princípios gerais e depois buscar respostas nos sítios. No campo específico da Arqueologia das práticas mortuárias, foi formulada a noção de *persona social* do morto, cujas identidades sociais eram selecionadas para representar o morto e tentar eternizá-lo na morte, salientando determinados papéis e funções sociais.

Dentro das perspectivas abertas pela Nova Arqueologia surgiu a Arqueologia Comportamental, que visava reconstruir os comportamentos humanos que originaram os restos arqueológicos. Esta teoria comportava a existência de cinco processos capazes de explicar o funcionamento social: a procura, a manufatura, o uso, a manutenção e o descarte. O ponto crucial desta teoria é que esta considera que os comportamentos humanos realizados no contexto sistêmico são capazes de gerar vestígios no contexto arqueológico que podem nos dar a conhecer as atividades daqueles que os produziram. Para isso é fundamental a distinção entre o contexto em que funcionou a sociedade e o contexto em que os arqueólogos encontraram nas escavações.

Após falar brevemente da figura de Lévi-Strauss e do Estruturalismo na Arqueologia, a autora aborda a importância da Arqueologia Marxista. Esta abordagem teve início com a produção de Childe e na abordagem das práticas mortuárias, ela apresenta interpretações diversas na leitura dos objetos que acompanhavam o morto, relacionando-os aos mecanismos de atuação da ideologia dominante. Estas contribuições tiveram grande ressonância na década de 1980 com as transformações da Arqueologia Pós-Processual, pois neste momento se tornou possível entender as práticas mortuárias como um dos aspectos sociais em que a ideologia se manifestava.

A autora dedicou o próximo capítulo ao estudo da Arqueologia Pós-Processual dos anos 1980. Esta se desenvolveu a partir das críticas à Arqueologia Processual, que ignorava as transformações próprias da sociedade e sua mudança no tempo, relegando o processo histórico a um segundo plano. Esta Arqueologia é anti-Evolucionista e busca compreender os propósitos das ações humanas, a individualização dos grupos e a contextualização histórica. Ian Hodder e as duas primeiras gerações de orientados dele em Cambridge formaram os expoentes desta nova vertente.

Nos anos 1980 se deu também o reencontro entre História e Arqueologia, contudo os arqueólogos estavam entrando em contato com discussões teóricas da ciência histórica feitas nas décadas de 1930 e 1940, como é o caso da noção de "longa duração" de Braudel que foi absorvido e ganhou uma nova significação na Arqueologia. Essa aproximação levou a Arqueologia a compreender também o papel do indivíduo e do contexto arqueológico.

No campo das práticas mortuárias, as contribuições da Arqueologia Pós-Processual foram no sentido de "voltar-se para o caráter ritual do funeral, assim como suas representações e simbologias, as possibilidades de seu uso por grupos na manutenção/reestruturação do poder" (RIBEIRO, 2007: 96). O estudo das representações e seus

contextos junto com o contato com o Estruturalismo levou alguns arqueólogos a se aventurarem no campo da Semiologia, sendo esta uma abordagem constante na RAMAGE (*Revue d'Archeologie Moderne et d'Archeologie Generale*).

Assim como o início em 1948 da datação por Carbono 14 tinha sido de grande valia para os arqueólogos, as análises ósseas desenvolvidas a partir dos anos 1940 ajudaram na interpretação dos arqueólogos de dados sobre doenças, dietas, causas de morte, etc. Outros instrumentos auxiliares também foram bastante úteis para a Arqueologia Pós-Processual, como os estudos de demografia, que ofereciam entre outras coisas estimativas populacionais dos sítios e sociedades estudados. Outro elemento interessante atrelado a Arqueologia Pós-Processual é a Teoria da Cultura Material que apresentava uma proposta de leitura dos objetos através da reconstrução biográfica desse objeto.

Com a apresentação e discussão de alguns aspectos da Arqueologia Pós-Processual a autora finalizou a primeira parte de seu trabalho. A segunda parte toca em questões teóricas em aberto, principalmente no final do século XX e início do século XXI. Questões como o papel da representação e a legitimidade dos antropólogos diante de outras culturas foram sucessivamente discutidas e suscitaram reflexões acerca da Ética no trabalho do arqueólogo e da função social deste profissional.

Nos é mostrado também o desenvolvimento da Arqueologia Crítica, que leva o arqueólogo a se engajar na realização de seu trabalho rediscutindo conceitos aceitos universalmente como homem/mulher e ampliando a visão desses conceitos na análise dos remanescentes funerários. A Arqueologia busca debater as antigas propostas interpretativas e se aproxima da percepção de que ao falar dos homens no tempo ela faz historiografia e que por isso seus estudos devem se embasar em teoria(s) da História.

Especificamente no campo das práticas mortuárias a Arqueologia está diante de um grande desafio, o de utilizar termos de conceituação bastante controversa, como ritual, rito, símbolo, signo e mentalidades. Além disso, existe o problema da pressuposição das práticas mortuárias como práticas de natureza conservativa que tendem a se manter no tempo e que pertencem às estruturas de longa duração. Trabalhos antropológicos e etnográficos nos levaram a repensar essa natureza conservativa das práticas mortuárias, contudo, devido a falta de teorias e hipóteses específicas da Arqueologia os debates no campo não se sistematizam e os desafios ficam paralisados. Esses apontamentos nos levam a pensar que apesar de separar uma parte de seu trabalho para enumerar e analisar questões teóricas em aberto, as enumerações são rápidas e sem grande profundidade.

*Wendryll José Bento Tavares*

Graduado em História na UFG  
Mestrando do Programa de Pós-Graduação  
em História da UFG (PPGH-UFG)  
*E-mail:* <historiawendryll@gmail.com>